

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.177 - ES  
(2019/0240741-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**REQUERENTE** : BIMBO DO BRASIL LTDA  
**ADVOGADOS** : LUIZ ROGÉRIO SAWAYA BATISTA - SP169288  
BRUNO TADAYOSHI HERNANDES MATSUMOTO -  
SP258650  
**REQUERIDO** : FAZENDA NACIONAL  
**INTERES.** : FARINA'S INDUSTRIA E COMERCIO DE MASSAS LTDA  
**INTERES.** : COMERCIAL GOLDEN FISH LTDA  
**INTERES.** : SAN FRANCISCO DE SÃO GONÇALO COMÉRCIO E  
INDÚSTRIA DE PANIFICADOS LTDA  
**INTERES.** : PAO GOSTOSO INDUSTRIA E COMERCIO SA  
**INTERES.** : MASSAS ALIMENTICIAS FIRENZE S.A  
**INTERES.** : AGROPECUÁRIA VIVA MARIA SA  
**INTERES.** : DE PAULA PANIFICADORA LTDA  
**INTERES.** : LUCIANO BEITE  
**INTERES.** : MANOEL FRANCISCO DE PAULA  
**INTERES.** : AGROPECUARIA RIO PALMEIRAS LTDA  
**INTERES.** : PAIAGUAS INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALIMENTOS  
LTDA  
**INTERES.** : ILSA INDUSTRIA LUELLMA S/A  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região cuja ementa é a seguinte:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR SUCESSÃO. ARTIGOS 124, 133 E 202 DO CTN. ARTIGO 2º, PARÁGRAFOS 5º E 6º DA LEI 6.830/80. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA PELO PAGAMENTO DE MULTA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA NÃO AFASTADA. APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A União Federal alegou e demonstrou a existência de acórdãos do E. TRT da 17ª Região, confirmando sentenças do Juízo das Varas do Trabalho de Vitória, julgando a questão sucessória. Quanto a este ponto, nesta Corte já foram proferidas várias decisões (processos nº 2011.02.01.000329-5; 2009.02.01.005779-0; 2011.02.01.002593-0 e 2010.02.01.016830-9) reconhecendo a existência do Grupo Econômico

Firenze, bem como a qualidade de sucessora da apelante.

2. Os artigos 132 e 133 do CTN tratam da responsabilidade por sucessão, de pessoas físicas ou jurídicas, conforme as situações jurídicas neles descritas.

3. É possível o reconhecimento de grupo econômico quando diversas pessoas jurídicas exerçam suas atividades sob unidade gerencial, laboral e patrimonial, ou seja, com unidade de controle e estrutura meramente formal, bem como quando esteja caracterizada a confusão patrimonial, fraude ou abuso de direito.

4. A apelante negociou com as sociedades MRTG INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA, FIRE PARTICIPAÇÕES LTDA e CENTRO NORTE AGROPECUÁRIA LTDA, que fazem parte do grupo empresarial PÃO GOSTOSO/FIRENZE. A negociação englobou a aquisição de maquinários, das marcas FIRENZE e SAN FRANCISCO, a utilização de empregados que se encontravam ligados às empresas do GRUPO FIRENZE/PÃO GOSTOSO e do imóvel localizado no Município da Serra/ES, onde funcionava o parque industrial da MARCA FIRENZE, ou seja, a aquisição deu-se em relação às instalações industriais, a clientela e aos empregados.

5. Com a aquisição, a embargante entrou no mercado conquistado pelo GRUPO FIRENZE, utilizando o mesmo fundo de comércio, o que caracteriza sucessão, ainda que efetivada por negócios diversos, que nada mais são que a continuação da fabricação dos pães FIRENZE, com CNPJ's diversos, com a mesma marca, mesmas máquinas e mesmos empregados.

6. As multas moratórias ou punitivas, ainda que aplicadas antes da sucessão tributária, incorporam-se ao patrimônio do contribuinte, podendo ser exigidas do sucessor quando constatada a responsabilidade por sucessão.

7. Apelação a que se nega provimento.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fl. 2.415, e-STJ).

A parte agravante, nas razões do Recurso Especial, sustenta que ocorreu, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 7º, 9º, 10, 489, 1.021 e 1.022 do CPC/2015; 76, 129 e 136 da Lei 11.101/2005; 124 e 133 do CTN; e 1.142 do Código Civil. Afirma:

25. O Tribunal a quo não só se pautou em fundamentos genéricos -e que não apresentam efetiva fundamentação apta a justificar a responsabilização patrimonial de Bimbo do Brasil -, como também é importante o registro que tais "fundamentos" são meras reproduções de julgados que foram incorporadas ao Acórdão como razões de decidir, sem qualquer enfrentamento efetivo da matéria pelo Juízo a quo, fato que, por si só, evidencia a ofensa direta aos artigos 489 (incisos I, III e IV do § 1º) e 1.021 (§ 3º) do Código de Processo Civil.

(...)

27. Isso porque, Excelências, nenhum dos julgados adotados e incorporados no Acórdão como razões de decidir - aliás, único "fundamento" utilizado pelo Tribunal a quo, registre-se - contou com a participação de Bimbo do Brasil, ainda que como terceira interessada, tratando-se, todos, de julgados originados de Recurso de Agravo de Instrumento oriundos de decisões interlocutórias diversas.

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 18.9.2019.

Trata-se de Petição na qual a requerente informa perda de objeto (fls. 3.737-3.819, e-STJ).

Com efeito, a jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que fica prejudicado, pela perda de objeto, o Recurso Especial interposto contra acórdão que examinou Agravo de Instrumento, quando se verifica a prolação da sentença de mérito, tendo em vista ser esta de cognição exaustiva.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NO PROCESSO PRINCIPAL. PERDA DE OBJETO. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

1. A prolação de sentença de mérito, mediante cognição exauriente, enseja superveniente perda de objeto de recurso interposto contra acórdão que desproveu Agravo de Instrumento (EDcl no AgRg no Ag 1.228.419/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 17.11.2010) .

2. Eventual provimento do apelo, referente à decisão interlocutória, não teria o condão de infirmar o julgamento superveniente e definitivo que reapreciou a questão.

3. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1790583/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 13/09/2019)

Ante o exposto, **com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente Agravo em Recurso Especial, em razão da perda de seu objeto. Observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe, baixem-se os autos à origem.**

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 22 de outubro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator